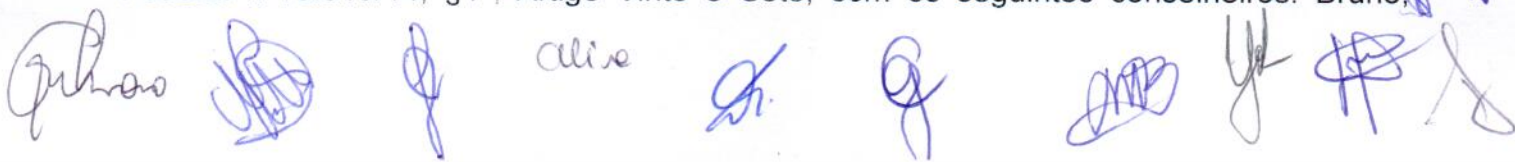


**Ata Nº 530** – Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Casa dos Conselhos iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC**. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Patricia da Costa Oliveira, Bruno Figueredo Arceno, Leandro Teixeira Ghilardi, Douglas Aguirre, Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel, Yolanda Irene Keller Boia, Valdeci Matias, Luciano Pedro Estevão, Grasiela Aparecida Teixeira, Josiane Hoepers, Jéssica Pereira Cardozo, Aline Rocha, Maria Helena Bittencourt e Gilmara dos Santos. Estevam presentes: Karina Gonçalves Passos, representante da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS; Lenita Terezinha de Miranda Novaes, representante do Instituto de Psicologia Sentir; Jordan Munhoz, representante da comunidade; Ana Medeiros, presidente da União de Estudantes Secundaristas de Balneário Camboriú – UESBC; e Huanita Radke Carolo, presidente do Conselho Tutelar. As conselheiras Marilene Severino Cardoso e Izabella Maciel justificaram ausência. Pauta 01: Aprovação da Ata. Foi lida a ata do dia vinte de agosto que foi aprovada por unanimidade. Pauta 02: Leitura dos Documentos Recebidos e Ofícios Expedidos. Ofícios Expedidos: Ofício nº192, de vinte e um de agosto, encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude, enviando cópia da ata do dia seis de agosto para apreciação; com o mesmo conteúdo foram enviados: Ofício nº193 para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca; Ofício nº194 para a Câmara de Vereadores e Ofício nº195 para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC; Ofício nº196, de vinte e um de agosto, enviado a 4ª Promotoria de Justiça, encaminhando a Relação dos Candidatos aprovados na Fase 03: Investigação Social, do Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares; Ofício nº197, de vinte e dois de agosto, encaminhado a Câmara de Vereadores, solicitando o espaço da Câmara Municipal, dia seis de outubro, para a apuração dos votos do Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares; Ofício nº198, de vinte e dois de agosto, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com cópia para a Secretaria de Controle Governamental, solicitando providências urgentes para que os Relatórios Conclusivos das Parcerias do exercício de dois mil e dezoito sejam entregues a este conselho para análise, como determina a Lei nº13.019/14; Ofício nº199, de vinte e dois de agosto, encaminhado ao Cartório da Vara da Família, Infância e Juventude, encaminhando cópia dos convênios entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA com a Casa da Criança do Brasil, conforme solicitado pelo cartório; Declaração de participação em palestra na Fase 01, do Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares, Curso Preparatório para a Conselheira Tutelar Huanita Radke Carolo; Ofício nº200, de vinte e seis de agosto, encaminhado a Associação Maternal Lar Bom Pastor, sugerindo que a solicitação de aquisição de móveis e eletrodomésticos seja realizada através de Edital de Chancela; Ofício nº201, de vinte e sete de agosto, encaminhado a 4ª Promotoria de Justiça, informando os nomes, CPF's, Número de Urna e Nome de Urna dos participantes do Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares; Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para a Associação Amor pra Down, buscar os recursos para a execução do Projeto Jiu Jitsu Inclusivo, aprovado no Edital de Chancela deste CMDCA. Documentos Recebidos: Ofício nº0050672-47.2006.8.24.0005-0098, de vinte e três de julho, encaminhado pelo Cartório da Vara da Família, Infância e Juventude, solicitando, num prazo máximo de trinta dias, informações sobre os convênios firmados entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e a Casa da Criança do Brasil; Mandado de Segurança nº5003263-33.2019.8.24.0005/SC, impetrado ao CMDCA e a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, pela impetrante Eliete Silva de Oliveira; Ofício nº422, de vinte e um de agosto, encaminhado pela Secretária de Saúde, justificando a ausência dos conselheiros Leandro e Priscila, na reunião do dia vinte de agosto; E-mail do dia vinte e dois de agosto, da conselheira Marilene justificando ausência na Comissão de Edital, no

Aline



dia vinte e um de agosto; E-mail encaminhado pela Primeira Vara Cível de Balneário Camboriú, do dia vinte e dois de agosto, informando medida de proteção à criança e adolescente nº0002051-97.2017.8.24.0113, para ciência; Ofício nº038, de vinte e seis de agosto, encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, enviando relatórios e pareceres referentes ao exercício de dois mil e dezoito, das parcerias firmadas com o FMDCA, e as seguintes organizações da sociedade civil: Termo de Colaboração nº007/2018 da Biblioteca Comunitária Bem Viver, Termo de Colaboração nº003/2018 do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC, Termo de Colaboração nº002/2018 da Associação Beneficente Cristão Real Esperança, Termo de Colaboração nº009/2018 da Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI, Termo de Colaboração nº001/2018 da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e Termo de Colaboração nº013/2017 da Associação Maternal Lar Bom Pastor, e esclarece que as demais entidades serão encaminhadas posteriormente a avaliação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura Municipal; E-mail do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE/SC, do dia vinte e sete de agosto, informando que nesta semana serão disponibilizados cronogramas referentes as retiradas das urnas, treinamentos dos TAVI's (Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado) e devolução de urnas; E-mail de vinte e sete de agosto, da Federação Brasileira de Taekwondo, representada pelo Conselheiros Clóvis Nunes Ribeiro, informando sobre o pagamento do domínio do site do CMDCA, cmdcab.com.br, no valor de Quarenta e Quatro Reais e Noventa e Nove Centavos, doação realizada por esta entidade; E-mail do dia dois de setembro, enviado pelo TRE/SC, informando da publicação da lista de Candidatos a Conselheiros Tutelares; E-mail do dia três de setembro, da Conselheira Marilene, justificando ausência da mesma e da sua titular na reunião do dia três de setembro, devido as preparações para o Desfile de Sete de Setembro; Projeto de Lei Ordinária que Institui a Política Municipal de Participação Social – PMPS e o Sistema Municipal de Participação Social – SMPS. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes entidades: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Projeto PDEAR e Projeto Equoterapia (Meses de Junho e julho), Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC (Mês de Julho), Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, Associação Beneficente Cristã Real Esperança (Mês e julho) e Relatório de Atividades de Dois Mil e Dezoito do Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE. Quanto ao Mandado de Segurança nº5003263-33.2019.8.24.0005/SC, impetrado ao CMDCA e a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, pela impetrante Eliete Silva de Oliveira, referente a uma questão da prova da Fase 02: prova objetiva. O presidente encaminhou o mandado para a Procuradoria Jurídica para que sejam realizadas as providências cabíveis. O presidente também agendou reunião com o Procurador Ernesto, para tratar sobre esta questão, mas o mesmo não compareceu a reunião. Pauta 03: Apresentação das ONG's inscritas no Fórum de Entidades Não Governamentais: Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS e Instituto de Psicologia Sentir. As organizações da sociedade civil fizeram as apresentações trabalhos executados, a equipe técnica, as ações desenvolvidas entre outras informações. Pauta 04: Aprovação do Edital nº004/2019 – Edital de Chamamento Público visando à seleção de propostas de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de colaboração com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. A conselheira Patricia falou sobre a questão do valor a ser destinado para o abrigo e questionou se o mesmo deveria constar no edital. Falou que a Prefeitura pretendia encaminhar projeto sobre Programa Família Acolhedora. O presidente explicou que enquanto a decisão judicial ainda vigorar, o valor deve ficar destinado a Associação Maternal Lar Bom Pastor. Assim que a Prefeitura construir o abrigo municipal, este valor poderá ser utilizado para programas como a Família Acolhedora, mas antes que isso aconteça esse conselho acatará a decisão judicial. Foi criada uma Comissão de Seleção dos Projetos do Edital, conforme Lei Federal nº13.019/14, §1º, Artigo Vinte e Sete, com os seguintes conselheiros: Bruno

A series of handwritten signatures in blue ink, corresponding to the council members mentioned in the text. The signatures are arranged horizontally at the bottom of the page. One signature is clearly legible as 'Bruno'.



Leandro, Patricia Oliveira, Yolanda Irene e Patricia (secretária do CMDCA). Esta Comissão será publicada em forma de Resolução. Esta comissão terá como objetivo analisar os projetos enviados pelas Organizações da Sociedade Civil e/ou Administração Municipal. Foi colocado o edital em aprovação, o qual foi aprovado por unanimidade, ficando com a seguinte redação: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de trinta e um de julho de Dois Mil e Quatorze, e na Lei Municipal nº1033, de dezoito de março de Mil Novecentos e Noventa e Um, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de propostas de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração que tem por objeto a execução de projetos com as atividades relacionadas nesse edital. 1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO. 1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), no período de até trinta e um de dezembro de Dois Mil e Vinte e Um, conforme condições estabelecidas neste Edital. 1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019/14, pela Lei Municipal nº 1033/91, Decreto Municipal nº 8489/17 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital. 1.3. Poderão ser selecionadas mais de uma proposta, observada a ordem de classificação, a disponibilidade orçamentária e o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú para a celebração dos termos de colaboração. 1.4. Não serão selecionados projetos cujo objeto não esteja contemplado no Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú. 2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO. 2.1. O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e da Administração Pública Municipal via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para a execução de projetos que contemplem as atividades mencionadas no item 2.2. 2.2. Objetivos específicos da Parceria Anual: 2.2.1) Atendimento a Pessoas com Deficiência e seus familiares: valor de Um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos. 2.2.2) Atendimento de Contra Turno Escolar: Quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos. 2.2.3) Atendimento Ambulatorial a Crianças e Adolescentes usuários de álcool e substâncias psicoativas e seus familiares: Seiscentos e treze mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos. 2.2.4) Atendimento em Alta Complexidade para acolhimento de Crianças e adolescentes (Lei nº12.435/11): Setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos. 2.2.5) Atendimento em Média Complexidade (Lei nº12.435/11): Seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos. 2.2.6) Atendimento de Baixa Complexidade (Lei nº 12.435/11): Oitenta Mil Reais. 2.2.7) Atendimento e preparação para o Processo de Adoção: Quatrocentos e dez mil, quinhentos e noventa reais e vinte centavos. Valor Total de Quatro Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Um Reais e Quarenta e Três Centavos. Parágrafo Primeiro: Os valores constantes no item dois, se referem a pactuação anual para o exercício de Dois mil e Vinte dois. Para o exercício de Dois mil e vinte um, poderá ter reajuste conforme inflação por solicitação da instituição e alteração do Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Parágrafo Segundo: A aprovação das propostas apresentadas dependerá da disponibilidade de recursos conforme constante na Lei Orçamentária Anual – LOA, não havendo recurso suficiente a Comissão de Seleção fará,

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including the name 'aline' and several other illegible marks.



conforme o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente, a escolha das propostas prioritárias. 3. JUSTIFICATIVA. O CMDCA de Balneário Camboriú desenvolveu entre novembro de Dois mil e quinze e dezembro de Dois mil e dezesseis o diagnóstico da situação da criança e do adolescente do município o qual foi amplamente discutido no âmbito do CMDCA, aprovado em plenária, com posterior apresentação em audiência pública com a participação da comunidade, sociedade civil organizada na câmara de vereadores. O diagnóstico possibilita uma visão mais ampla das necessidades de aplicação das verbas do Fundo da Infância e da Adolescência, que traz uma visão clara das ações continuadas que devem permanecer e das novas iniciativas necessárias. O diagnóstico foi revisado e atualizado no ano de Dois mil e dezoito e aprovado por este CMDCA. 4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO. 4.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo Art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei Nº 13.019/14 (com redação dada pela Lei nº13.204/15): a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867/99; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos. 4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências: estar registrada no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú/SC; declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção. 4.3. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do art. 35 A da Lei nº 13.019/14, devendo a rede ser composta por: a) uma "OSC celebrante" da parceria com a Administração Pública Municipal ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e b) uma ou mais "OSCs executantes e não celebrantes" da parceria com a Administração Pública Municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante. 4.3.1. A atuação em rede será formalizada entre a OSC celebrante e cada uma das OSCs executantes e não celebrantes mediante assinatura de termo de atuação em rede, que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela OSC celebrante. 4.3.2. A OSC celebrante deverá comunicar à Administração Pública Municipal no ato da apresentação da proposta com a assinatura do termo de atuação em rede. Não é exigível que o termo de atuação em rede seja celebrado antes da data de assinatura do termo de colaboração. 4.3.3. A OSC celebrante da parceria com a Administração Pública Municipal: a) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser sub-rogados à OSC executante e não celebrante, e b) deverá possuir mais

 Gilmar, [illegible], [illegible], aline, [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], [illegible]



de cinco anos de inscrição no CNPJ e, ainda, capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede. 5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO. 5.1. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos: a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (Art. 33, caput, inciso I, e Art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (Art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019/14); b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/14, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (Art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (Art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019/14); c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019/14); d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019/14); e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de um ano, a ser comprovada no momento da apresentação do Plano de Trabalho. (Art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019/14); f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (Art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019/14); g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (Art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019/14); h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa, (Art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019/14); i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (Art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019/14); j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade (Art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019/14); k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de, conta de consumo ou contrato de locação (Art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/14); l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (Art. 2º, inciso I, alínea “b”, e Art. 33, §3º, Lei nº 13.019/14); m) apresentar Certificado de Registro e Qualificação no CMDCA do município

Gilmar





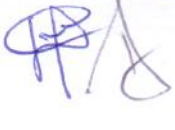
aline













de Balneário Camboriú. 5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que: a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (Art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019/14); b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (Art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019/14); c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (Art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019/14); d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (Art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019/14); e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com a sanção prevista no inciso II do Art. 73, da Lei nº 13.019/14, ou com a sanção prevista no inciso III do Art. 73, da Lei nº 13.019/14 (Art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019/14); f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal, Controladoria do município ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos (Art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019/14); ou, g) tenha entre seus dirigentes, pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/14).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO. 6.1. A Comissão de Seleção, órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública. 6.1.1. As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos deste edital, conforme previsto na Lei nº 13.019/14, Art. 26, § 1º. 6.1.2. Os membros das comissões representantes do CMDCA em número de quatro serão eleitos pelos representantes do CMDCA em reunião destinada a este fim. 6.2. Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público. 6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído ou projeto encaminhado a outra comissão, sem necessidade de divulgação de novo Edital (Lei nº 13.019/14, Art. 27, § 3º). 6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado. 6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência. 7. DA FASE DE SELEÇÃO. 7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas: Etapa Um: Publicação do Edital de Chamamento Público, dia nove de setembro; Etapa Dois: Envio das

Alina

Alina

Alina

Alina

Alina

Alina

Alina

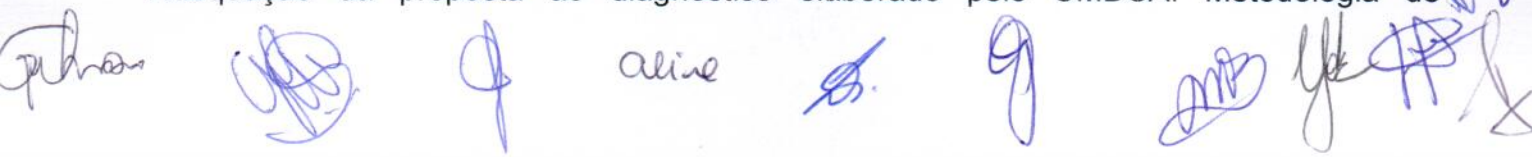
Alina

Alina

Alina



Propostas pelas OSCs, de dez de setembro a onze de outubro; Etapa Três: Etapa competitiva de avaliação das Propostas pela Comissão de Seleção, de quatorze a vinte quatro de outubro; Etapa Quarto: Divulgação do Resultado Preliminar, dia vinte e cinco de outubro; Etapa Cinco: Interposição de recursos contra o Resultado Preliminar, de vinte e oito a trinta de outubro; Etapa Seis: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção, dias trinta e um de outubro e primeiro de novembro; Etapa 7: Homologação e Publicação do Resultado Definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver), dia quatro de novembro; e, Etapa Oito: Fase de Celebração conforme item Oito, Tabela Três, do dia cinco de novembro a cinco de dezembro. 7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (Arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/14) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (Art. 39 da Lei nº 13.019/14) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do Art. 28 da Lei nº 13.019/14. 7.3. Etapa Um: Publicação do Edital de Chamamento Público. 7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú (<https://www.bc.sc.gov.br/>), contado da data de publicação do Edital (conforme item Sete ponto Um deste edital). 7.4. Etapa Dos: Envio das Propostas pelas OSCs. 7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 004/2019", pessoalmente para o Conselho de Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA, no seguinte endereço: Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, nº Mil, Quinhentos e Dez, Centro, Balneário Camboriú/SC (Casa dos Conselhos), e deverão ser entregues para análise a Sra. Patricia Humenhuk, secretaria-executiva do CMDCA, no horário das Oito e Trinta às Quatorze e trinta horas, do período informado no item Sete ponto Um. 7.4.2. Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Deve ser entregue junto a proposta uma cópia em versão digital, no formato word, enviada no endereço eletrônico [cmdcabalneariocamboriu@gmail.com](mailto:cmdcabalneariocamboriu@gmail.com), e-mail do CMDCA. 7.4.2.1. As informações enviadas por meio digital são de responsabilidade das OSC. 7.4.2.2. Não será aceita proposta unicamente por meio digital. 7.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pelo CMDCA. 7.4.4. Observado o disposto neste Edital, as propostas deverão conter, as informações conforme o anexo IV: a) Fonte Arial, tamanho doze, justificado, espaçamento entre linhas de um vírgula cinco centímetros. 7.5. Etapa Três: Etapa competitiva de avaliação das Propostas pela Comissão de Seleção. 7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento. 7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela Um para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção. 7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela Dois, a seguir. 7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir: Critérios de Julgamento: (A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas. Metodologia de Pontuação. Grau pleno de atendimento (4,0), Grau satisfatório de atendimento (2,0), O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta. Pontuação Máxima p/ Item: 4,0. Critérios de Julgamento: (B) Adequação da proposta ao diagnóstico elaborado pelo CMDCA. Metodologia de

A series of handwritten signatures and initials in blue ink are located at the bottom of the page, below the main text. The signatures are stylized and vary in length, with some appearing to be initials and others more complete names or marks.



Pontuação. Grau pleno de adequação (2,0), Grau satisfatório de adequação (1,0), O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0), OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do Art. 27 da Lei nº13.019/14. Pontuação Máxima p/ Item: 2,0. Critérios de Julgamento: (C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto. Metodologia de Pontuação. Grau pleno da descrição (1,0), Grau satisfatório da descrição (0,5), O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta. Pontuação Máxima p/ Item: 1,0. Critérios de Julgamento: (D) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente de Balneário Camboriú. Metodologia de Pontuação. OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta. Pontuação Máxima p/ Item: 1,0. Critérios de Julgamento: (E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante. Metodologia de Pontuação. Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (Art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019/14). Pontuação Máxima p/ Item: 2,0. Pontuação Máxima Global: 10,0. 7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. 7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas Um a Três da fase de celebração, Tabela Três, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior. 7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas: a) cuja pontuação total for inferior a seis pontos; b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento conforme item 7.4.4; c) que estejam em desacordo com este Edital; ou, d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível. 7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela Dois, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento. 7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade que já realize o projeto proposto e com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio. 7.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (Art. 27, §5º, da Lei nº 13.019/14). 7.6. Etapa 4: Divulgação do Resultado Preliminar. O CMDCA, na data prevista no item 7.1, divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, <https://www.bc.sc.gov.br/>, iniciando-

Gulhan





aline















se o prazo para recurso. 7.7. Etapa Cinco: Interposição de recursos contra o Resultado Preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção. 7.7.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo do item 7.1. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo. 7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio de ofício no endereço: Conselho da Criança e do Adolescente – CMDCA de Balneário Camboriú, no endereço Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, nº Mil Quinhentos e Dez, Centro, Balneário Camboriú/SC (Casa dos Conselhos). Horário das Oito e Trinta as Quatorze e Trinta horas. 7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos. 7.7.4. Interposto recurso, a Comissão de Seleção dará ciência dele para os demais interessados, no prazo previsto no item 7.1. 7.8. Etapa Seis: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção. 7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará. 7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo previsto no item 7.1, com as informações necessárias à decisão final. 7.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo previsto no item 7.1. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão. 7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. 7.9. Etapa Sete: Homologação e Publicação do Resultado Definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Comissão de Seleção e o CMDCA deverá homologar e divulgar, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, <https://www.bc.sc.gov.br/>, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção. 7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (Art. 27, §6º, da Lei nº 13.019/14). 7.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, o CMDCA em conjunto com a Administração Pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração. 8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO. 8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria: Etapa Um: Convocação da OSC selecionada para apresentação da proposta selecionada (Modelo de Plano de Trabalho – Anexo IV) e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Etapa Dois: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Etapa Três: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário. Etapa Quatro: O parecer de órgão técnico e/ou do CMDCA e assinatura do Termo de Colaboração. Etapa Cinco: Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município. 8.2. Etapa Um: Convocação da OSC selecionada para apresentação com o Plano de Trabalho aprovado e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, o CMDCA convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu Plano de Trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (Arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/14). 8.2.1. Por meio do Plano de Trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o Art. 22 da Lei nº 13.019/14), observados os Anexos IV – Modelo de Plano de Trabalho. 8.2.2. O Plano de

*phar*

*[Signature]*

*[Signature]*

*aline*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos: a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o anexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas; b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede; c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas; d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas; e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto; f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso. 8.2.3. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea "e" do item 8.2.2., deste edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis no Portal de Compras do Governo municipal. 8.2.4. Além da apresentação do Plano de Trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de quinze dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do Art. 2º, nos incisos I a V do caput do Art. 33 e nos incisos II a VII do caput do Art. 34 da Lei nº 13.019/14, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o Art. 39 da referida lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos: I – Cópia do Estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no Art. 33 da Lei nº 13.019/14; II – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo; III – Comprovações de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros: a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimentos realizados pela OSC ou a respeito dela; d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros; e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC; IV – Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; V – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS; VI – Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração Relação dos Dirigentes da Entidade; VII – Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação; VIII – Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e

Gubiao

alinea



seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no Art. 39 da Lei nº13.019/14, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; IX – Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Parágrafo Único: Os documentos solicitados devem ter sua data de vencimento válida até o dia da entrega, conforme cronograma deste edital. 8.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos acima. 8.2.6. No caso da atuação em rede, a OSC “celebrante” deverá comprovar também o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 35-A da Lei nº13.019/14, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos: I – Comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC “celebrante” existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e, II – Comprovações de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos: a) declarações de organizações da sociedade civil que componham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado; b) cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou, c) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado. 8.2.7. O Plano de Trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta etapa serão apresentados pela OSC selecionada, por meio de documentos impressos, colocados em envelope e encaminhados para a secretaria-executiva do Conselho da Criança e do Adolescente – CMDCA de Balneário Camboriú, pessoalmente, no endereço Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, nº Mil, Quinhentos e Dez, centro, Balneário Camboriú/SC (Casa dos Conselhos). 8.3. Etapa Dois: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela comissão do CMDCA, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na etapa anterior. Esta Etapa Dois engloba, ainda, a análise do Plano de Trabalho. 8.3.1. A comissão do CMDCA examinará o Plano de Trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada. 8.3.2. Somente será aprovado o Plano de Trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, o CMDCA poderá solicitar a realização de ajustes no Plano de Trabalho. 8.3.3. Nos termos do §1º do Art. 28 da Lei nº13.019/14, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos Arts. 33 e 34 da referida lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada. 8.3.4. Em conformidade com o §2º do Art. 28 da Lei nº13.019/14, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1, da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa Dois. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação. 8.4. Etapa Três: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário. 8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de quinze dias corridos, sob pena de não celebração da parceria. 8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no Plano de Trabalho enviado pela OSC, a comissão do CMDCA solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até quinze dias corridos, contados da data de recebimento da

Gilmar

AD

d

aline

✓

Q

AD

Yk

AD

AD



solicitação apresentada. 8.5. Etapa Quatro: Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Comissão de Seleção e Assinatura do Termo de Colaboração. 8.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do Plano de Trabalho, a emissão do parecer técnico pelo CMDCA. As designações do gestor da parceria pela Administração Pública e da Comissão de Monitoramento e Avaliação do CMDCA. 8.5.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa Um da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração. 8.5.3. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver. 8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública (Art. 38 da Lei nº13.019/14). 9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO. 9.1. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, autorizado pela Lei Municipal nº1033/91. 9.2. O valor total de recursos disponibilizados será de Quatro Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Um Reais e Quarenta e Três Centavos no exercício de Janeiro de Dois Mil e Vinte a Trinta e Um de Dezembro de Dois Mil e Vinte. Os valores do exercício de Dois Mil e Vinte Um poderão ser acrescidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado dos últimos doze meses, devidamente aprovado pelo CMDCA. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes. 9.3. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no Art. 48 da Lei nº13.019/14. 9.4. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do Art. 42, nos Arts. 45 e 46 da Lei nº13.019/14. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis. 9.5. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho (Art. 46 da Lei nº13.019/14 e Resolução CMDCA nº014/19: a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais. 9.6. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Gubias





Aline











9.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do Art. 52 da Lei nº13.019/14. 9.8. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com o orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. 10. CONTRAPARTIDA. 10.1. A contrapartida da OSC será contemplada pelo próprio projeto executado. 11. DISPOSIÇÕES FINAIS. 11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, <https://www.bc.sc.gov.br/> e na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú. 11.1.1. O Edital dará prazo mínimo de trinta dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital. 11.2. Qualquer interessado poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de dez dias da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail [cmdcabalneariocamboriu@gmail.com](mailto:cmdcabalneariocamboriu@gmail.com). A resposta às impugnações caberá ao presidente do CMDCA. 11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de dez dias da data limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: [cmdcabalneariocamboriu@gmail.com](mailto:cmdcabalneariocamboriu@gmail.com). Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção. 11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado. 11.2.3. Eventual modificação no edital decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia. 11.3. O CMDCA e a Comissão de Seleção resolverão os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública. 11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza, desde que aprovado pelo CMDCA. 11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o Art. 73 da Lei nº13.019/14. 11.6. O CMDCA não cobrará das entidades concorrentes, taxa para participar deste Chamamento Público. 11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública. 11.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante: Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância; Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais; Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade; Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho; Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos. 11.9. As questões omissas neste chamamento ou outros questionamentos serão resolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Pauta 05: Comissão de Orçamento: Aprovação do Balancete do Primeiro Semestre de Dois Mil e Dezenove e aprovação da Resolução nº015/19 – Plano

almeida



de Ação para Dois Mil e Vinte. O balancete foi analisado pela comissão e aprovado por unanimidade. Com relação a resolução, a mesma já tinha sido pré-aprovada na última reunião e hoje, foi aprovada por unanimidade e deverá ser publicada. Pauta 06: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Agendamento de reunião para análise da Resolução nº001/27 e Análise dos Documentos da Associação Du Projetus e Núcleo Assistencial Humberto de Campos. A Comissão decidiu se reunir na próxima terça-feira, dia dez de setembro, para iniciar o estudo acerca da Resolução nº001/17, que trata do Registro e Qualificação no CMDCA, bem como da inscrição de projetos. Quanto a análise das entidades, a Associação Du Projetus faltou encaminhar: Cópia do Alvará de Vigilância Sanitária, Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (presidente, vice-presidente e tesoureiro), Declaração de Utilidade Pública, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Em relação a análise do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC, que solicita renovação de registro, faltaram os seguintes documentos: Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (presidente, vice-presidente e tesoureiro), FGTS e Declaração de que a diretoria não é remunerada. Após o envio dos documentos faltantes a Comissão se reunirá novamente, para análise. Pauta 07: Relato sobre a visita a Associação Lar Maternal Bom Pastor. Foi realizada visita ao Lar Bom Pastor com os seguintes conselheiros: Yolanda Irene, Manuela, Marilene e Adalberto e Patricia (Secretária do CMDCA). A conselheira Irene relatou que a equipe recebeu muito bem os conselheiros. Apresentaram toda a estrutura física atual, a organização dos quartos, das roupas, os banheiros, a parte externa e o refeitório. Explicaram os horários dos atendimentos dos profissionais e a quantidade de crianças que estão sendo assistidas. Percebemos na área externa um *container* onde são guardados materiais de limpeza e equipamentos de jardinagem, que permanece aberto. Foi sugerido para que o mesmo seja fechado, privando a qualquer criança de entrar no *container*, evitando qualquer situação que possa colocar a vida da criança em risco. Os conselheiros visitaram também o novo espaço físico (abrigo) que está sendo construído de acordo com as normas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. A conselheira Patricia sugeriu que quando a Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação agendar nova visita que a mesma comunique o Conselho Tutelar para acompanhar a comissão. Pauta 08: Comissão de Garantia dos Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar: *Feedback* da reunião sobre planejamento para o Conselho Tutelar para o próximo ano e a utilização do Sistema da Assistência Social. A conselheira Patricia apresentou a todos um modelo de escala de trabalho para a nova equipe de Conselheiros Tutelares que iniciarão suas atividades no ano de dois mil e dezenove. Houve uma discussão sobre vários temas e restou definido que a escala sugerida será enviada por e-mail para todos os conselheiros para análise e posterior aprovação em assembleia. Quanto a questão da utilização do software da Política de Assistência Social como substituição do Programa SIPIA, este CMDCA aprova por unanimidade. Levantou-se a questão de que a maioria das entidades também usam este sistema, o que dará uma maior articulação da Rede de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Pauta 09: Programa Bem-Estar da Família. O conselheiro Douglas informou sobre o estudo da Organização Mundial de Saúde, que tem por objetivo realizar visitas domiciliares, com profissionais preparados para repassar, a toda comunidade, os programas e ações que a Prefeitura Municipal realiza. Ressaltou que Balneário Camboriú servirá como incubadora do projeto. A ideia é iniciar pelo Bairro dos Municípios, com vinte famílias e dez técnicos. Informou que dia cinco de setembro, as dez horas, no Teatro Municipal Bruno Nitz, será realizado o lançamento do Programa Bem-Estar da Família. Douglas ressaltou que o programa é intersetorial, existe um comitê gestor formado por várias secretarias. O foco é a família como um todo. A equipe do comitê é formada por servidores. As secretarias que farão parte do projeto são Saúde, Educação, Idoso, Inclusão Social, Esporte, Cultura, Meio Ambiente. Dentro dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS terão um profissional para realizar estas articulações, para divulgação de informações da rede de atendimento e dos projetos e

Gilmar

AB

J

Almeida

S.

D

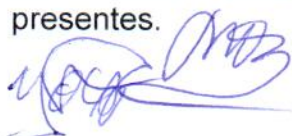

AB




Y



AB



ações da prefeitura. Pauta 10: Aprovação dos valores das Notas das ONG's. Ficou deliberado que as entidades quando chegar o valor máximo permitido de notas, que se solicite uma declaração de que foi atingido o limite. Esta declaração deverá ser encaminhada junto a Prestação de Contas. Foi solicitado o encaminhamento da Resolução nº011/19, que trata das questões das notas fiscais para todos os conselheiros. Pauta 11: Comissão de Organização das Eleições do Conselho Tutelar 2019. O presidente informou que não teremos tempo hábil para contratação de empresa para atuar no dia das eleições de Conselheiros Tutelares. Os mesários deverão ser os funcionários públicos que estiverem a disposição para trabalhar neste dia. Para a capacitação dos conselheiros após a eleição, este conselho tentará contratar alguma empresa, mas se não conseguir, a capacitação terá que ser realizada pelos conselheiros de direitos. O presidente ressaltou que por diversas vezes entrou em contato com o Secretário de Segurança Pública para falar sobre o policiamento no dia das eleições, mas que até o momento não teve retorno e que irá à Polícia Militar procurar essa ajuda. Quanto a questão da campanha eleitoral, ficou deliberado, que nenhum conselheiro de direitos abraçará campanha alguma, devido a questão da ética. Pauta 12: Assuntos Gerais. O presidente falou que realizou reunião com a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura e que foram levantadas questões de competência da comissão citada e da comissão nomeada do CMDCA. Ficou definido que estas análises devem ser realizadas pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento do CMDCA e não pela Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura. Ficou deliberado também que se a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do CMDCA precisar de auxílio técnico, esta deverá buscar junto a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura Municipal. O conselheiro Luciano lembrou da capacitação do Edital de Chancela que acontecerá dia quatro de setembro, às oito horas, na Casa dos Conselhos. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Humenhuk, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.

 -   
  
Aline Rosa

Bruno F. Arnes   
Francine Campos 

Gilmar do Sato